

Solução de **DIVERGÊNCIA Nº 11** e a polêmica quanto à sua aplicação

Parte Final

São intensas as discussões entre os profissionais da área jurídica e da área contábil quanto à aplicação da Solução de Divergência nº 11, publicada pela Secretaria da Receita Federal em 21 de julho passado, consignando que “A prestação de serviços de clínica médica de ortopedia e traumatologia, bem assim, a prestação de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica (exames radiológicos), por se enquadrarem dentre as atividades compreendidas nas atribuições de atendimento a pacientes internos e externos em ações de apoio direto ao reconhecimento e recuperação do estado da saúde, poderão ser enquadradas como serviços hospitalares, podendo ser aplicado às referidas atividades o percentual de 8% (oito por cento), para fins de determinação do lucro presumido.”

III. Quem poderá utilizar-se da redução, considerando a abrangência do conceito de “serviços hospitalares” determinada pela SRF.

O último ponto, ora abordado, trata sobre a abrangência do conceito “serviços hospitalares” para fins de determinação da base de cálculo do IRPJ. Dentre os dispositivos legais mencionados na Solução de Divergência nº 11 está o inciso V, do artigo 23, da Instrução Normativa nº 306, de 12 de março de 2003. O conteúdo de tal artigo traz a definição do que poderá ser considerado como “serviços hospitalares”, bem como quais são as atividades que poderão ser compreendidas como “prestação de atendimento de apoio ao diagnóstico e terapia”. Vejamos:

“Art. 23. Para os fins previstos no art. 15, § 1º inciso III, alínea “a”, da Lei nº 9.249, de 1995, poderão ser considerados serviços hospitalares aqueles prestados por pessoas jurídicas, diretamente ligadas à atenção e assistência à saúde,

de, que possuam estrutura física condizente para a execução de uma das atividades ou a combinação de uma ou mais das atribuições de que trata a Parte II, Capítulo 2, da Portaria GM nº 1.884, de 11 de novembro de 1994, do Ministério da Saúde, relacionadas nos incisos seguintes:

V – prestação de atendimento de apoio ao diagnóstico e terapia, compreendendo as seguintes atividades:

- a.** patologia clínica;
- b.** imagenologia;
- c.** métodos gráficos;
- d.** anatomia patológica;
- e.** desenvolvimento de atividade de medicina nuclear;
- f.** realização de procedimentos cirúrgicos e endoscópicos, tais como:
 - 1.** recepcionar e transferir pacientes;
 - 2.** assegurar a execução dos procedimentos pré-anestésicos e executar procedimentos anestésicos nos pacientes;
 - 3.** executar cirurgias e exames endoscópicos em regime de rotina;

- 4.** emitir relatórios médicos e de enfermagem e registro das cirurgias e endoscopias realizadas;
- 5.** proporcionar cuidados pós-anestésicos;
- 6.** garantir o apoio diagnóstico necessário.
- g.** realização de partos normais e cirúrgicos;
- h.** desenvolvimento de atividades de reabilitação em pacientes externos e internos;
- i.** desenvolvimento de atividades hemoterápicas;
- j.** desenvolvimento de atividades de radioterapia;
- k.** desenvolvimento de atividades de quimioterapia;
- l.** desenvolvimento de atividades de diálise;
- m.** desenvolvimento de atividades relacionadas ao leite humano.”

Assim, de acordo com a Instrução Normativa nº 306, expedida pela Secretaria da Receita Federal, **poderão ser considerados**